

## **A MÍDIA IMPRESSA COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DA DEMOCRACIA DO PAÍS: UM ESTUDO DE CASO DA REVISTA VEJA**

Vitor Netto Henrique<sup>1</sup>

Nadia Regia Almeida Couto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Diariamente o jornalismo trabalha para a construção da memória coletiva da sociedade. Por meio dos lugares de memória a imprensa relata, preserva e deixa registrados os fatos para que no futuro possam ser consultados pela sociedade. Este estudo tem como objetivo geral compreender a memória coletiva utilizada pela revista Veja no aspecto da democracia. Entre os objetivos específicos busca-se observar a relação entre Jornalismo e Memória e compreender como a revista Veja se constitui como lugar de memória no aspecto da democracia. Para isso utilizou-se as regras de análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin, tendo como objeto de estudo a edição comemorativa dos 50 anos da Veja, publicada em 2018. Com a análise, observa-se uma estreita relação entre o jornalismo e a memória e principalmente como esta colabora para a construção dos lugares de memória coletiva da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Democracia; Jornalismo; Análise de Conteúdo; Revista Veja.

### **1. INTRODUÇÃO**

A democracia é um ato político que se caracteriza pela forma mais natural de equilibrar as necessidades de uma sociedade. Sua principal ferramenta é o voto, que corresponde às necessidades observadas pela população na hora de decidir pautas importantes no cenário social. Conforme Kelly (2013), os primeiros relatos teóricos da democracia no mundo são de Thomas Paine (1737-1809) e do primeiro presidente da Turquia, Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938).

Em um contexto atual e nacional, a democracia no Brasil garante que todos brasileiros ou estrangeiros residentes no país são iguais perante a Lei, defendendo assim diversos direitos e liberdades. Dentro dessas liberdades, destacamos a liberdade de imprensa. Apresentada na Constituição Federal de 1998, garante aos brasileiros a manifestação do pensamento, a

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Graduação do 8º semestre do curso de Jornalismo da Satc. E-mail: [vitornetto77@gmail.com](mailto:vitornetto77@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora e professora mestra do curso de Jornalismo da Satc. E-mail: [nadia.acouto@gmail.com](mailto:nadia.acouto@gmail.com)

criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma. Ela garante à imprensa a liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, além de vedar qualquer tipo de censura.

O jornalismo tem desempenhado um importante papel na consolidação da democracia, além de que veículos jornalísticos têm eternizado em suas páginas a memória da democracia do país. De acordo com Rossatti (2016), a memória pode ser vista como um ato político, pois ao realizar-se a ação de recordar algo traz-se à tona momentos, pessoas e acontecimentos que estavam esquecidos.

As memórias podem ser individuais ou coletivas. As individuais, conforme Halbwachs (2003), caracterizam-se pelas memórias do interior de cada pessoa, da infância e das suas vivências. As coletivas, ainda de acordo com o autor, se caracterizam pelas memórias de um povo, comunidade ou nação, que marcam de maneiras firmes a história da sociedade. Para uma pessoa adotar a memória coletiva de seu país, por exemplo, nem sempre é necessário que ela tenha vivido aquele momento, mas que por meio de relatos, documentos e jornais ela possa adotá-la.

Um exemplo de memória coletiva no Brasil foi o ano de 1968. A morte do estudante secundarista Edson Luís, a Passeata dos Cem Mil, o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Ibiúna e o AI-5 (Ato Institucional nº 5)<sup>3</sup> foram somente alguns dos tantos eventos que fizeram com que este ano ficasse registrado na história do país.

Documentos e jornais são considerados lugares de memória, que carregam em si a memória e a história de um local, povo ou sociedade. Conforme Anderson (2008) a memória e o esquecimento colaboram para a construção de comunidades. Maduell (2015) coloca que documentos são evidências verídicas que trazem consigo a arquivagem dos fatos vividos, compostos por memórias individuais e que rememoram determinado acontecimento.

Ainda em 1968 nasce no Brasil a revista *Veja*. Segundo Bahia (2009), o objetivo da revista era de oferecer aos leitores uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana, em todos os campos do conhecimento. Fundada poucos meses antes da decretação do ato, *Veja* acompanhou de perto o peso do AI-5, quando intensificou a censura aos meios de

---

<sup>3</sup> O Ato Institucional nº 5, também conhecido como AI-5, foi um dos 17 Atos Institucionais instaurados durante o regime militar. Historiadores colocam-no como o pior de todos os atos. (MIRANDA; HENRIQUE; VITALI, 2018).

comunicação do país. Conforme Matos (2008), no decorrer dos anos da Ditadura Militar<sup>4</sup> (1964-1985) o jornalismo brasileiro, bem como a *Veja*, foi também responsável pela consolidação da redemocratização no país, assumindo um papel de responsabilidade social e democrática.

A revista *Veja* chega a 2019, de acordo com o seu site, com mais de 2,6 mil edições publicadas e está marcada em suas páginas a história recente do país e do mundo. Ditadura Militar, censura, tortura, redemocratização, *impeachment* e outros tantos assuntos estão registrados nas páginas da revista. Em 2018, quando completou seu cinquentenário, lançou uma edição especial, comemorando o seu aniversário, mas também relembando os fatos de maior destaque que passaram pelas suas páginas ao longo dos anos.

Por meio de uma reportagem especial chamada “50 ideias para 50 anos”, a revista trouxe para as suas páginas 50 tópicos que, de acordo com *Veja* (2018), são acontecimentos, transformações que de alguma maneira marcaram o passado recente, estão presentes nos dias de hoje e estão fadados ao futuro do Brasil e do mundo. Entre os seus itens está a Democracia. De acordo com a revista, o assunto inicia a reportagem porque todos os demais são, de alguma forma, decorrentes do primeiro. O tópico da Democracia, que é o objeto de estudo deste trabalho, traz em suas páginas a memória da sociedade brasileira. A memória que marca o passado do país, que colabora para o presente e que pode ser revisitada para prospectar o futuro.

Assim, apresenta-se o presente artigo, que tem como problema de pesquisa: de que maneira a revista *Veja* utiliza a memória coletiva no aspecto da democracia? O objetivo geral, portanto, é compreender a memória coletiva utilizada pela revista *Veja* no aspecto da democracia. Com os objetivos específicos busca-se observar a relação entre Jornalismo e Memória e compreender como a revista *Veja* se constitui como lugar de memória no aspecto da democracia.

A importância desta pesquisa deve-se ao fato de que a revista *Veja*, ao rememorar tais acontecimentos em uma edição especial, leva aos seus leitores a história e a memória recente da democracia do país.

---

<sup>4</sup> Período de 1964-1985 em que o Brasil foi governado, após um golpe que depôs o presidente João Goulart, por militares do exército brasileiro. (GASPARI, 2014).

Com relação aos procedimentos metodológicos, este estudo tem natureza Básica, pois, como coloca Kauark, Manhães e Medeiros (2010), objetiva gerar novos conhecimentos para a sociedade. Já do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é Qualitativa, já que, segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008), a informação não é expressa em números e envolve análises documentais.

Do ponto de vista de seus objetivos, é Exploratória, dado que, como explica Gil (2002), visa proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo explícito ou a partir dele construir hipóteses. Por fim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos é Bibliográfica, Documental e um Estudo de Caso, logo que, ainda conforme Gil (2002), a pesquisa é, respectivamente, elaborada a partir de um material já publicado, recorre a fontes bibliográficas e envolve profundo estudo sobre um objeto de análise.

Para isso, busca-se na análise de conteúdo uma forma de organizar as informações e assim verificar se pode-se definir a revista *Veja* como um lugar de memória da democracia do país. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é um método empírico, que analisa dados e textos de um documento examinado. Por meio da análise de conteúdo, consegue-se verificar e descrever uma mensagem ou significado por trás do enunciado.

## **2. DEMOCRACIA**

A democracia, defendida por Thomas Paine (1737-1809), de acordo com Kelly (2013), é considerada um direito natural de qualquer cidadão. Os primeiros registros das teorias de Paine foram publicados ainda em 1776, anonimamente, quando defendeu uma ruptura radical dos colonos da América do Norte britânica com o Império Britânico e sua monarquia constitucional.

Kelly (2013) apresenta que, de acordo com Paine, as pessoas se agrupam naturalmente, formando assim uma sociedade, porém conforme os agrupamentos torna-se necessária uma regulação.

A democracia, defende Paine, era a forma mais natural de equilibrar as necessidades da sociedade como as do governo. O voto funcionaria como um instrumento regulador entre a sociedade e o governo, permitindo à sociedade moldar o governo para que ele correspondesse mais diretamente às necessidades sociais (KELLY, 2013, p. 137).

A teoria também vai ao encontro do pensamento do primeiro presidente da Turquia, Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938), que defendia a vontade soberana do povo e que um estado deveria ter o poder de se autogovernar democraticamente. Ainda de acordo com Kelly, Atatürk acreditava em uma sociedade equilibrada e igualitária, garantindo liberdade e justiça para todos.

Dentro deste contexto, e trazendo para um contexto atual e nacional, coloca-se a liberdade de expressão atrelada à democracia, evidenciada como um direito ligado à natureza humana e prevista na Constituição Federal de 1988. Conforme o Artigo 5º, garante que todos brasileiros ou estrangeiros residentes no país são iguais perante a Lei, garantindo assim o direito à vida, à igualdade, à segurança, à propriedade e à liberdade.

- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- [...]
- XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 1988).

A luta pela liberdade de expressão também é evidenciada no artigo nº 220, quando afirma que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988).

Já no parágrafo 1º do artigo enfatiza que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social” e reforça no parágrafo 2º que é vedado qualquer tipo de censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1998).

Guareschi e Biz (2005) citam Chauí (1995), que afirma que surgiu, na antiga Grécia, uma tentativa de enfatizar a importância da população participar da comunicação e da isegoria, que é o direito de manifestar-se e de ser ouvido, além de expor e discutir em público opiniões sobre a cidade. Os autores ainda colocam que a democracia e a comunicação estão

atreladas entre si. “Para que haja democracia numa sociedade, é necessário que haja democracia também no exercício no poder de comunicar” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 77).

Seguindo a mesma linha, Noblat (2007, p. 22) afirma que “a democracia depende de cidadãos bem informados”, e conforme Matos (2008) o jornalismo é também responsável pela consolidação e permanência da democracia do país.

## **2.1 DEMOCRACIA E JORNALISMO**

Carolina Matos traça em seu livro *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*, um panorama sobre a atuação do jornalista em relação aos marcos democráticos do país. Nas suas conclusões, ela pontua, entre outros itens, que os jornalistas colaboraram no fortalecimento dos princípios democráticos e que os profissionais contribuíram de diferentes maneiras, tendo adotado para si a responsabilidade social e democrática do país. (MATOS, 2005).

A responsabilidade do jornalismo na consolidação da democracia também é observada por Guareschi e Biz (2005), quando afirmam a importância da profissão do jornalista na construção de um país democrático. “Talvez não haja profissão tão importante à democracia de uma nação e, ao mesmo tempo, tão ambivalente e difícil, como a profissão da comunicação” (GUARESCHI; BIZ 2005, p. 80).

Conforme Matos (2005), os jornalistas das duas últimas décadas assumiram um importante compromisso por meio do estabelecimento da democracia. A autora ainda cita casos, como por exemplo a cobertura realizada pela Folha na campanha das eleições diretas em 1984, as publicações da Veja revelando os abusos de direitos humanos em 1970 e o papel exercido pelo O Globo como grandes contribuições para a retomada da democracia.

No Brasil, uma lacuna democrática que até hoje deixa marcas na nação brasileira é a Ditadura Civil Militar. Instaurada em 1964 perdurou até 1985, quando acabou após um lento processo de redemocratização. A revista *Veja*, como outros tantos, foi um veículo jornalístico que vivenciou de perto as mudanças democráticas no país, participando tanto do período do regime militar quanto da redemocratização.

### 3. MEMÓRIA

De acordo com Bosi (1994), quando buscamos algo em nossa memória é como se voltássemos a recordar de detalhes esquecidos, assim podendo sentir as emoções que acompanhavam aquele acontecimento. Conforme a autora, a memória é dividida por marcos onde a significação da vida se concentra.

A memória, conforme Rossatti (2016), pode ser vista como um ato político, pois ao realizar-se a ação de recordar algo traz-se à tona momentos, pessoas e acontecimentos que estavam esquecidos. Neste contexto, a memória, rememorada por testemunhos e preservada por documentos, ainda pode ser vista como um bem comum da sociedade, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política (SARLO, 2007).

Segundo Halbwachs, mesmo que tenhamos vivido ou saibamos de tal acontecimento, sempre buscamos mais informações para confirmá-lo. “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2003, p. 29).

As memórias são divididas em categorias, as principais são as individuais e as coletivas. Conforme o autor, um indivíduo participa das duas. As individuais são aquelas do nosso próprio ser, vividas por nós intimamente, como a infância e o passado. “Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros” (HALBWACHS, 2003, p. 72). Ou seja, o autor coloca que a memória está estreitamente limitada ao espaço e ao tempo.

Já a coletiva parte do princípio de quando, junto com uma ou mais pessoas, conseguimos pensar ou recordar em comum. Nesta memória, muitas vezes os indivíduos não viveram naquele período, mas por pertencer a um determinado grupo reconhecem a história e a transmitem. Halbwachs usa como exemplo a ideia de “memória nação”.

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação - mas eu mesmo não os assisti (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Conforme o autor, e evidenciado por Alencar (2011), a memória individual sofre interferências de diversas memórias que rodeiam um indivíduo, e essas constituem a memória coletiva, garantindo assim a identidade de um indivíduo pertencente a um grupo.

Maduell (2015, p. 35) traz outro termo utilizado por Halbwachs, que é a “memória histórica”, que se destina à participação de um indivíduo como membro de um grupo ou uma sequência de eventos e na “reconstrução dos dados fornecidos pelo presente na vida social e projetado no passado reinventado” (MADUELL, 2015, p. 35). Halbwachs ainda coloca que “a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (HALBWACHS, 2003, p. 100).

No entanto, o autor ainda critica o termo “memória histórica”, visto que ela não se compara à memória coletiva. Conforme ele, existem diversas memórias coletivas, já a histórica existe somente uma. Ainda afirma que a necessidade de escrever a história de um período somente se dá quando ela já está bastante distante do passado, porém isso só acontece quando não se tem mais o suporte de um grupo que possa falar desses acontecimentos. “[...] então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (HALBWACHS, 2003, p. 101).

Alencar (2011) colabora com a teoria, quando afirma que um indivíduo arquiva suas lembranças pessoais, mas por compor um grupo social mantém diversas interferências e se recorda de certos fatos por meio de jornais ou de depoimentos, colaborando para a formação da sua memória coletiva. As revistas também podem entrar nessa categoria de documentos, pois elas contêm a arquivagem da memória da sociedade. Um exemplo é a revista Veja.

### **3.1 LUGAR DE MEMÓRIA**

De acordo com Anderson (2008), mudanças profundas na consciência trazem amnésias típicas, e desses esquecimentos, por meio de circunstâncias históricas, nascem as narrativas. O autor ainda coloca que a fotografia é um dos principais meios documentais de memória.



A fotografia, belo fruto da era da reprodução mecânica, é apenas o mais definitivo exemplar dentre um enorme acúmulo moderno de evidências documentais (certidões de nascimento, diários, fichas de anotações, cartas, registros médicos e similares) que registram uma certa continuidade aparente e, ao mesmo tempo, enfatiza a sua perda de memória (ANDERSON, 2008, p. 278).

Nesse “enorme acúmulo moderno de evidências”, evidenciado por Anderson (2008, p. 278), estão os documentos. Eles carregam consigo a memória de um local, povo ou nação. Ricouer (1994) coloca três características isoladas sobre arquivos, que são em primeiro lugar a noção de documento de registro. Em seguida, a relação do resultado de uma atividade e, por último, ele aponta a importância da arquivagem. “[...] a arquivagem tem como objetivo conversar, preservar, os documentos produzidos [...]” (RICOUER, 1994, p. 196-197).

O autor ainda expõe que os arquivos constituem um fundo documental, e que trazem consigo uma história, uma narrativa e um debate. “Se a história é uma narrativa verdadeira e os documentos constituem seu último meio de prova, esta alimenta a pretensão que a história tem de se basear em fatos” (RICOUER, 1994, p. 198).

A relação de consulta aos documentos pelas questões propostas pelo historiador também implicam a importância da preservação destes documentos, já que carregam consigo a memória.

O recurso aos documentos marca uma linha divisória entre a história e a ficção: ao contrário do romance, as construções do historiador visam ser reconstruções do passado. Por meio do documento e da prova documental, o historiador está submetido ao que, um dia, foi (RICOUER, 1994, p. 242).

Le Goff (1979), citando Henri Moniot, coloca que os meios de pesquisa histórica são materiais documentados e os intelectuais, na atividade de pesquisa, reconhece-os e torna-os úteis na pesquisa. “Os media transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavra no ar, dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível” (LE GOFF, 1979, p. 182).

Maduell (2015), em seu artigo “O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística”, propõe observar o jornal impresso como um lugar de memória, ou seja, um espaço de articulação da memória coletiva. Citando Pierre Nora, o autor afirma que os lugares de memória nascem e vivem, sendo assim, a partir do sentimento que não existem memórias espontâneas é que se clarifica a necessidade de criar arquivos. Conforme Maduell, apesar de Nora não ter citado como fez com museus, arquivos,

cemitérios, entre outros locais e itens, o jornal impresso pode sim ser comparado como um lugar de memória. “Na concepção do autor, lugares de memória têm necessariamente três sentidos: material, funcional e simbólico, em graus diversos” (MADUELL, 2015, p. 34).

Ele ainda coloca que no caso do jornal cria-se uma tríplice de sentidos: “material, tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e, por último, pelo que representa no imaginário social” (MADUELL, 2015, p. 34).

Tal teoria é também evidenciada por Dalmonte, citado por Soares (2012), que diz que é por meio dos jornais que se “reconstrói os períodos de nossa história, encontrando nos anúncios dos jornais um testemunho fiel e contundente, revelador de minúcias, que de outra forma escapariam ao pesquisador” (DALMONTE 2006, p. 117, apud SOARES, 2012, p. 20).

Conforme Rossatti (2016), a imprensa trabalha na construção de memórias sociais.

[...] ela transfigura-se em um lugar de memória, que pode (e deve) ser consultado, para se rememorar os “principais” acontecimentos de determinada sociedade em determinado espaço e tempo. Desse modo, em suas páginas estão elencados os fatos que foram “dignos” de serem lembrados, fora desse espaço há apenas o “esquecimento” que paira como uma nuvem sobre a sociedade (ROSSATTI, 2016, p. 157).

Sendo assim, a imprensa acaba colaborando para construção da memória coletiva de uma sociedade e, juntamente, o jornalismo impresso caracteriza-se por ser considerado um lugar de memória. No caso deste estudo, a revista *Veja* se apresenta como um lugar de memória, ao carregar, em específico na sua edição especial do seu cinquentenário, a memória recente do país, e especialmente no tópico Democracia carrega a memória dos movimentos democráticos e antidemocráticos do país nos últimos 50 anos, caracterizando-se assim como um lugar de memória da democracia do Brasil.

#### **4. METODOLOGIA**

Com o propósito de alcançar os objetivos deste trabalho, busca-se na análise de conteúdo organizar as informações do texto. A análise de conteúdo é, conforme Bardin (2011), um método empírico que se dedica a analisar dados, textos, enunciados e outros documentos com o propósito de descrever uma mensagem ou significado por trás de um

conteúdo. “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44).

Vilela (2017) complementa:

Análise de conteúdo, em última instância, tem como objeto a palavra, no que se refere ao aspecto individual e atual da linguagem. Trabalha com comunicações, e é categorial-temática, objetivando uma manipulação das mensagens – conteúdo e expressão do mesmo – para encontrar os indicadores que possibilitem inferir sobre outra realidade que não a dessas mensagens (VILELA 2017, p. 142).

A análise de conteúdo se divide em três etapas: **a pré-análise, a exploração do material** e, por fim, **a interpretação dos resultados**. A pré-análise se inicia com a leitura flutuante, que é o momento em que o pesquisador estabelece contato com os documentos que vai analisar e que toma conhecimento sobre o conteúdo dele (BARDIN, 2011).

Por meio da leitura flutuante é possível realizar a escolha dos documentos analisados. Para isso, seguem-se regras definidas por Bardin (2011), e evidenciadas por Câmara (2013), que são a Exaustividade, que corresponde à leitura constante e sem omissão de dados; a Representatividade, quando a amostragem representa o universo, ou seja, generalizada; a Exclusividade, ou Homogeneidade, que é quando um item não pode ser classificado em mais de uma categoria, e a Pertinência, quando os documentos necessitam se adaptar ao objetivo e conteúdo da pesquisa.

A segunda fase da análise de conteúdo, **a exploração do material**, é uma das etapas mais longas, visto que é o momento em que se analisa os dados coletados. Aqui é realizada a codificação, que é quando transformam os dados brutos em informações sistemáticas e agregadas em unidades de registro, permitindo assim uma descrição das características do conteúdo (BARDIN 2011).

A unidade de registro é “a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134). Com as unidades de registro, formam-se as categorias, e são elas que organizam as unidades e seus significados. “A categoria é um conceito, é uma síntese da realidade e são elas que organizam as unidades de registro em torno de características comuns” (VILELA, 2017, p. 145).

A terceira e última etapa da Análise de Conteúdo é o **tratamento dos resultados obtidos e a interpretação**. Aqui se permite estabelecer quadros de resultados, validar os dados e apresentar respostas para a análise. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131). Conforme Santos (2018, p. 13), nesta etapa é “[...] possível revelar o sentido por trás de cada ideia posta pelos autores do conteúdo recolhido, interpretando sua significação”.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS**

Para cumprir com o objetivo de compreender a revista Veja como um lugar de memória da democracia do país, analisou-se um trecho da matéria “50 ideias para 50 anos”, presente na edição especial do cinquentenário do periódico, publicada em setembro de 2018. Para isso, faz-se um breve histórico do semanário, da edição especial e do método de análise utilizado para depois apresentar a análise em si.

### **5.1 BREVE HISTÓRICO DA REVISTA VEJA E DA EDIÇÃO ESPECIAL**

Fundada em 8 de setembro de 1968, a revista Veja chega às bancas com o modelo de newsmagazines, consolidado pela Times desde 1923. O objetivo da revista, como coloca Bahia (2009), de acordo com a campanha publicitária divulgada antes do lançamento, era:

Oferecer aos leitores uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana em todos os campos do conhecimento, explicando seus significados, fornecendo seu pano de fundo e servindo como uma espécie de rascunho semanal da história desse mundo efervescente e aparentemente inexplicável (BAHIA 2009, p. 400).

A revista Veja esteve presente, no decorrer da sua existência até os dias de hoje, em diversas crises democráticas. Ao começar pelo Ato Institucional nº 5, instaurado pouco após o lançamento da revista e que afetou, entre outros setores, a imprensa com o fortalecimento da censura prévia aos materiais jornalísticos e publicitários.

Conforme Bahia, de acordo com a “Carta do editor” de 9 de junho de 1975, desde o lançamento da revista até a data, ela já havia sofrido o veto pela censura de 10 mil laudas originais, 60 reportagens e 64 ilustrações. Porém, mesmo sofrendo diariamente com a presença de censores dentro de sua redação, a revista Veja chegou em novembro de 1987 na edição de número mil não só como a mais importante revista semanal do Brasil, mas também como a quinta no ranking internacional, correspondendo a tiragens que chegam na casa dos 800 mil (BAHIA 2005).

Veja chega a 2019, conforme o site, com mais de 2,6 mil edições publicadas. Ao longo de seus 50 anos de existência, são milhões de páginas, que marcaram e ainda marcam a história recente e trazem a memória de nosso país.

Em setembro de 2018 a revista Veja completou 50 anos e lançou uma publicação especial, comemorativa ao seu cinquentenário. Intitulada “50 ideias para 50 anos”, a reportagem elencou os principais temas que tiveram uma trajetória singular na história do periódico. De acordo com a revista, são 50 ideias que por si só têm sua natureza extraordinária. “São acontecimentos, transformações, avanços ou recuos, sentimentos ou sensações que de alguma maneira tiveram uma trajetória singular: marcaram o passado recente, ainda reverberam nos dias de hoje e estão fadados a moldar o futuro do Brasil e do mundo” (VEJA, 2018, p. 51).

Ao iniciar a edição comemorativa do cinquentenário, a revista aborda na sua primeira “ideia” a Democracia. Já na sua introdução, a revista afirma que inicia por este tópico “porque todos os outros 49 temas, em alguma medida, são uma decorrência do regime de liberdades ou de sua negação” (VEJA, 2018, p. 51).

Ainda coloca que pelo fato de a Veja ter nascido em meio ao Regime Militar, ela traz consigo uma forte ligação com o tema. “Exatamente por ter tido a infame experiência de viver nos tempos de chumbo, a Veja tem apreço especial e inarredável ao regime democrático” (VEJA, 2018, p. 51).

“Entre a Luz e as Trevas” intitula o tópico que aborda a Democracia na edição especial, escrito por Roberto Pompeu de Toledo. No texto o jornalista busca trazer os avanços e recuos do processo democrático no país e no mundo, conciliando a memória recente do Brasil, vivida cotidianamente pela redação de Veja.

Na introdução do tópico, Pompeu inicia falando do AI-5, que foi instaurado três meses após o lançamento da revista. No Ato, como explica o jornalista,

Fechava-se o Congresso, suspendiam-se as garantias de liberdade de expressão e reunião, retomava-se a temporada de cassações de mandatos e demissões sumárias, abria-se a possibilidade de confisco de bens e impedia-se o habeas-corpus para os “crimes políticos” (TOLEDO, 2018, p. 53).

A capa que ilustrou a edição que abordava o AI-5 mostra o presidente Costa e Silva, quem instaurou o Ato, sentado sozinho, no Congresso Nacional, entre cadeiras vazias. De acordo com Pompeu, “A revista teve toda a sua edição apreendida nas bancas, por ordem do Exército [...]” (TOLEDO, 2018, p. 53).

Toledo coloca, em sua introdução, as seções abordadas no tópico da Democracia: “(1) o processo de reconquista da democracia no Brasil; (2) as ameaças e fragilidades da democracia, no Brasil e no mundo; (3) o futuro da democracia” (TOLEDO, 2018, p. 55).

O autor inicia o tópico abordando o começo do regime militar no Brasil, a luta para o combate do regime, o AI-5, início da redemocratização e outros regimes ditatoriais e antidemocráticos no mundo. Ao final, Toledo analisa a relação da democracia no mundo e sua importância na manutenção de uma sociedade, além de seu futuro e da relevância de sua conservação.

### **5.3 MÉTODOS E CATEGORIAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Iniciando a análise dos dados por meio das regras propostas por Bardin (2011), na pré-análise, por meio da leitura flutuante, ocorreu a leitura das 11 páginas que compõem o objeto de estudo. Após utilizar as regras de Exaustividade, Representatividade, Exclusividade e Pertinência, também propostas por Bardin (2011), pode-se elencar as unidades de registro.

Nesta pesquisa, utilizou a análise qualitativa, que apresenta as características particulares e peculiares dos dados colhidos. Esta análise caracteriza-se pela presença de um tema, palavra ou personagens que transmite, por meio de expressões, sentidos ou mensagens, o que o autor quis dizer (MORAES, 1999).

Seguindo o formato de análise qualitativa, recorreu-se ao método de análise de acontecimento para marcar as unidades de registro. A análise de acontecimento refere-se a

casos de relatos ou de narrações, tornando assim o acontecimento uma unidade de registro. “Neste caso, os relatos (filmes, lendas, contos, relatos místicos, artigos de imprensa) serão recortados em unidades de ação” (BARDIN, 2011, p. 136).

Com as unidades de registro que correspondem a acontecimentos, surgiram três categorias, de acordo com os marcos históricos e pelas mensagens que eles passam. A primeira é a **Ditadura Militar**, que equivale a termos e acontecimentos que marcaram o período do regime, desde o início do golpe em 1964 até o processo de redemocratização. As unidades de registro desta categoria são “*Golpe*”; “*Abril de 1964*”; “*Vladimir Herzog*”; “*Porões*”; “*AI-5*”; “*Censura*”.

O segundo grupo é a **Redemocratização**, que também apresenta os termos e marcos que correspondem ao processo em que se caminhava para o fim do período militar. As unidades selecionadas foram “*Lenta, gradual e segura*”; “*Anistia*”; “*Diretas Já*”; “*Tancredo Neves*”.

A terceira categoria é **Refluxo momentâneo dos ideais democráticos**. Este termo, utilizado pelo autor durante o texto, refere-se aos acontecimentos atuais em alguns países que podem ser vistos como algo pejorativo à democracia ou, em outras palavras, entende-se o “refluxo” como retrocessos momentâneos dos ideais democráticos. Suas unidades são “*Frente Nacional*”; “*Liga Norte*”; “*Áustria*”; “*Alemanha*”; “*Suécia*”; “*Brexit*”; “*Donald Trump*”; “*Turquia*”; “*Polônia*”; “*Hungria*”; “*Venezuela*”; “*Última novidade*”.

Nesta categoria percebe-se que, além de o autor tratar nas categorias anteriores o que já é passado e é considerado um lugar de memória, Toledo está construindo um lugar de memória do que está acontecendo atualmente, para que daqui a 50 anos quando alguém for visitar a edição especial observe que em 2018 as unidades de registro dessa categoria eram as atuais ameaças do sistema democrático.

Com esses dados em mãos, a análise de conteúdo deste trabalho buscou investigar o que esses termos representam e qual mensagem transmitem, a fim de comprovar que eles representam a memória e que, por estarem na edição especial da revista *Veja*, considera-se o periódico como um lugar de memória da democracia do país.

### 5.3.1 Ditadura Militar: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça

A **Ditadura Militar** ocorreu no período de 1964-1985 e pode ser considerada uma das maiores limitações da democracia do país. Nas páginas da revista *Veja*, a ditadura foi constantemente abordada, tratando desde o seu início até o período pós-redemocratização.

A unidade de registro **AI-5** aparece em diversos pontos do texto analisado. Utilizar este acontecimento em meio à edição especial que fala sobre a memória da democracia remonta ao termo de memória coletiva, utilizado por Halbwachs (2003), quando ele usa o exemplo da memória da nação, afirmando que mesmo que não se tenha vivido determinado acontecimento de um grupo nacional, nesta unidade referindo-se ao Ato, por meio dos jornais ou pelo testemunho das pessoas envolvidas toma-se conhecimento do fato e este acontecimento ocupa o lugar na memória das pessoas.

Na edição especial analisada nesta pesquisa, o primeiro trecho em que aparece a unidade de registro conta como foi o início da revista: “*Veja* teve o azar de nascer às vésperas do Ato Institucional Nº 5 mas a sorte de viver a maior parte dos cinquenta anos agora completados sob o regime mais democrático que o Brasil já conheceu” (TOLEDO, 2018, p. 53).

A revista ainda apresenta a cobertura por ela realizada no fim do Ato. “Geisel estava livre para conduzir a sucessão a seu modo, instalando o chefe do SNI, João Baptista Figueiredo, na cadeira presidencial, e para perpetrar o seu maior feito: a revogação do Ato Institucional Nº 5, em vigor à zero hora de 1º de janeiro de 1979” (TOLEDO, 2018 p. 56).

A memória história, termo utilizado por Halbwachs e evidenciado por Maduell (2015), afirma que a participação de um indivíduo em um grupo colabora para a sua memória coletiva. Por fim, seguindo a mesma linha de pensamento, Halbwachs (2003) coloca que a história é uma compilação dos acontecimentos e que está fadada a ocupar um lugar de memória na cabeça das pessoas, como por exemplo o AI-5.

O termo **Censura** também é considerado uma unidade de registro desta categoria, já que representa um importante fato ocorrido no regime, que é o cerceamento da liberdade de expressão. Toledo (2018, p, 56) relata: “A revista encontrava-se sob censura”, mostrando que, como os demais veículos de comunicação do país, *Veja* também estava passando pela censura.



A edição analisada ainda apresenta o que o fim da censura representou para o periódico. “Ao saudar, então, a retirada da censura, a revista fez na Carta ao Leitor um balanço que acusou mais de 10 000 linhas de textos suprimidas, só nesses últimos dois anos, sessenta reportagens cortadas na íntegra e 64 ilustrações” (TOLEDO, 2018, p. 61).

Por fim, no último trecho em que apresenta a unidade de registro, mostra o que a censura representou também para a sociedade. “A censura ilustra que a vítima era a população em geral, em um direito tão líquido e certo, nestes tempos de democracia, como o de se informar” (TOLEDO, 2018, p. 61).

A censura ocorrida e relatada nesta edição especial tem o intuito de apresentar aos seus leitores o que ocorreu com a revista e com o país no regime militar, privando as pessoas de exporem seus pensamentos e suas ideias. Ricouer (1994) coloca que a história é uma narrativa e os documentos servem para alimentar e embasar os fatos. Halbwachs (2003) também afirma que, mesmo que saibamos ou tenhamos vivido tal fato, sempre buscamos testemunhos e informações para confirmá-los.

### 5.3.2 O lento, gradual e seguro processo de Redemocratização

O processo de **Redemocratização** do país foi longo até declarar-se o fim do regime militar. A revista *Veja* teve um importante papel nesse período, visto que, como coloca Matos (2008), colaborou para o processo de redemocratização.

Casos como o da cobertura da Folha da campanha das eleições diretas em 1984, a publicação de matérias de abusos aos direitos humanos por *Veja* durante os anos 70 e o papel exercido por alguns jornalistas econômicos de *O Globo* (Alzira de Abreu, 2001) são exemplos das contribuições feitas pela grande imprensa ao processo de aceleração da queda do regime (MATOS, 2008, p. 284).

Entre as unidades de registro desta categoria está a **Anistia**<sup>5</sup>. A unidade aparece representada como um importante passo para a retomada da democracia do país. “Movimentos pela anistia, greves, livre debate pela imprensa e, por fim, a campanha pela

---

<sup>5</sup> A anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo general João Baptista Figueiredo e representou grandes transações dos setores moderado do regime militar. Em seus desdobramentos estavam o retorno de políticos cassados ao país, o fim de processos em andamento na Justiça Militar entre outros acontecimentos. (LE MOS, 2002).

eleição direta do presidente tiveram, tudo somado, o efeito de atropelar a tentativa do governo de ainda manter o processo sob seu controle, gradual e seguro” (TOLEDO, 2018, p. 56).

Outro trecho em que a unidade aparece refere-se ao processo da consolidação da anistia. “Aos reclamos de anistia ‘ampla, geral e irrestrita’, o governo respondia com um projeto restrito, mas já não havia AI-5 nem liderança forte, no Planalto, para segurá-lo” (TOLEDO, 2018, p. 56). Por fim, eles também apresentam como foi a cobertura da Veja neste processo. “Em junho de 1979, VEJA saiu com capa em que a palavra ‘anistia’, em grandes letras, se repetia cinco vezes” (TOLEDO, 2018, p. 56).

A anistia é outro acontecimento que adotamos como uma memória coletiva da nação, e por estar descritas nas páginas da revista Veja, e na especial na edição analisada nesta pesquisa, refere-se ao meio de preservar as lembranças e fixá-las por escrito.

Halbwachs (2003) afirma que os escritos permanecem, por outro lado os pensamentos e as palavras não. Ao mesmo tempo, Alencar (2011) colabora com a teoria, ao afirmar que as pessoas buscam arquivar as suas lembranças pessoais e também se recordam de determinados fatos por meio de jornais ou depoimentos.

A partir de 1983 iniciou no país uma campanha para retomar as eleições diretas para presidente. As **Diretas Já** marcaram o período da redemocratização e estão registradas na memória das páginas da revista Veja, quando na edição analisada aparece como: “Nada se compara, no entanto, em mobilização popular, com a campanha das Diretas Já, em favor da aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta do presidente da República” (TOLEDO, 2018, p. 57).

Este documento, em que está descrito o que foi e como foi a campanha das Diretas Já, apresenta aos leitores a história deste importante acontecimento no processo de redemocratização do país, que foi também um considerável precursor do fim da ditadura, já que a população foi às ruas pedindo o fim do regime.

Citado por Soares (2012), Dalmonte (2006) coloca que os jornais reconstruem os períodos da história, encontrando ali um testemunho fiel do fato que ocorreu, e as Diretas Já está neste significativo período histórico. Anderson (2008) afirma que os documentos compreendem um enorme acúmulo de evidências e que carregam a memória de um local, povo ou nação, e, nesse caso, a memória da nação brasileira.

### 5.3.3 Refluxo momentâneo dos ideais democráticos: os atuais retrocessos e ameaças da sociedade

A revista também apresenta na sua edição especial acontecimentos atuais que remetem a retrocessos da democracia. As unidades de registro **Frente Nacional; Liga Norte; Áustria; Alemanha; Suécia; Brexit; Donald Trump** estão descritas em um texto corrido em:

E hoje... que estaria acontecendo hoje? Um refluxo momentâneo dos ideais democráticos? Ou o anúncio de uma era sombria como a dos anos 1930? Na França, a Frente Nacional, anti-imigrante, para não dizer racista, nacionalista para não dizer xenófoba, e até pró-nazista em manifestações de seu hoje afastado fundador, Marie Le Pen, já foi duas vezes ao segundo turno em eleições presidenciais. Na Itália, a Liga Norte, hoje rebatizada apenas “Liga”, igualmente anti-imigrante, nacionalista, xenófoba e até separatista (surgiu defendendo a separação do país entre Norte e Sul), tornou-se, na eleição de março, a força predominante no Parlamento, e legenda mais influente na coalizão governamental. Partido semelhante também participa do governo na Áustria, enquanto movimentos aparentados vêm crescendo na Alemanha e na Suécia. Na Inglaterra, o entrincheiramento exclusivista e xenófobo traduziu-se na vitória do Brexit. Os Estados Unidos nos presentearam, a todos os cidadãos do planeta, com Donald Trump (TOLEDO, 2018, p. 60).

A unidade de registro **Novo candidato** aparece no trecho “A última novidade é um candidato a presidente que louva a passada ditadura e faz pouco dos direitos humanos” (TOLEDO, 2018, p. 61). A edição especial foi publicada em setembro de 2018, antes mesmo do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais. Neste trecho, subentende que, ao tratar deste “novo candidato”, o autor fala sobre Jair Bolsonaro, que disputava a corrida eleitoral e que, ao tratar neste trecho sobre as ameaças contra a democracia, colocava o então presidencialável como uma possível ameaça.

Além de apresentar esses termos como retrocessos, servem como alerta para os leitores de quais são as atuais ameaças da democracia no mundo. Descrever estes termos na edição analisada em primeiro lugar coloca o leitor a par do que está acontecendo no mundo sobre os retrocessos da democracia, porém também deixa registrado para o futuro o que estava acontecendo com a democracia no período em que foi publicação da edição, e quais eram nesse mesmo tempo as suas ameaças.

Rossati (2016) coloca que a imprensa torna-se um lugar de memória que pode e deve ser consultado no futuro, para rememorar os principais acontecimentos da sociedade naquele período e o que eles representaram. Ricouer (1994) relembra a importância da preservação

dos documentos, já que carregam a memória e são as provas documentais do que um dia foi determinado acontecimento.

Sendo assim, são elencados pela imprensa os fatos que são dignos de serem lembrados no futuro, e no caso desta edição especial da revista *Veja* estão elencados os fatos dos últimos 50 anos da democracia do país e do mundo, que são dignos de serem lembrados hoje e no futuro.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho proporcionou entender de uma forma mais científica como o jornalismo pode colaborar para a construção da memória coletiva da população de uma nação e como ela pode ajudar na tomada de decisões para o rumo e o futuro da sociedade. Para este estudo, embasou-se estudar os lugares de memória que o jornalismo constrói.

O país, ao longo de sua história, viveu diversos acontecimentos que até hoje marcam a sociedade. Um exemplo disso é a democracia do país, que durante 21 anos foi marcada pelo período do regime militar. Esses acontecimentos, como tantos outros, estão eternizados nas páginas dos jornais e revistas do Brasil e do mundo, quando a imprensa viu e relatou de perto todo os passos dos militares durante a Ditadura Militar.

Um exemplo destes lugares de memória em que estão perpetuados os avanços e retrocessos da democracia são as revistas e os jornais, como é o caso da revista *Veja*, que completou 50 anos em 2018 e foi o objeto deste estudo.

Partindo desses pensamentos, esta pesquisa teve como problema: de que maneira a revista *Veja* utiliza a memória coletiva no aspecto da democracia? O objetivo geral deste trabalho portanto, foi compreender a memória coletiva utilizada pela revista *Veja* no aspecto da democracia, além de que os específicos busca-se observar a relação entre Jornalismo e Memória e compreender como a revista *Veja* se constitui como lugar de memória no aspecto da democracia.

Após a construção deste trabalho, percebeu-se que há uma relação estreita entre o jornalismo e a memória, principalmente quando é abordado a questão da memória coletiva, que diz que uma pessoa não precisa ter vivido tal acontecimento para tomá-lo como seu. Um exemplo é a Ditadura Militar, que mesmo que determinada pessoa não tenha presenciado o

período do regime, por ler em livros de história, escutar as pessoas falando, e acompanhar em noticiários e jornais da época, adota a memória daquele fato como sua.

Os lugares de memória se constroem quando as pessoas não querem que aquele fato ou acontecimento caia no esquecimento da sociedade. Por meio deles, a população pode revisitar a história de um local, nação ou fato. A imprensa trabalha nesse sentido, pois, como observado nos autores neste estudo, o jornalismo trabalha em prosperar os acontecimentos que foram dignos de serem noticiados e ao serem compartilhados pela imprensa, não caem no esquecimento da população.

O mesmo fato se dá na revista *Veja* e na edição especial analisada. Quando aborda os acontecimentos dos últimos 50 anos da democracia do país, preserva essa memória nas páginas do semanário, perpetuando esses fatos para a sociedade. Além disso, deixa registrado nas suas páginas esses episódios para a população no futuro poder revisitar e tirar suas conclusões sobre os rumos do país, principalmente quando se tratar sobre a democracia.

Por fim, conclui-se que a memória coletiva utilizada pela *Veja* baseia-se nos principais acontecimentos envolvendo a democracia do país nos últimos 50 anos e também que esta edição especial sobre o cinquentenário da revista *Veja*, e especificamente o tópico da democracia, pode ser considerado um lugar de memória. Neste tópico, o periódico traz à tona para os seus leitores a história e memória recente, e ao mesmo tempo deixa eternizados nas páginas esse fatos para serem revisitados no futuro.

Para estudo futuro propõe-se regionalizar a pesquisa sobre jornalismo e memória. A *Tribuna Criciumense*, fundada em 1955, foi um importante jornal impresso que vivenciou e relatou grandes acontecimentos da cidade. Por hoje ser considerado um meio de pesquisa para as gerações atuais e por recontar os fatos de Criciúma daquela época, também pode ser considerado um lugar de memória. Sendo o único jornal daquele período, foi o principal meio de informação da população da cidade, e propõe-se analisar como o periódico colaborou para a construção da identidade social da população de Criciúma.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mauro. **Memória coletiva e memória histórica** (e suas relações com o futebol e a telenovela). Revista latinoamericana deficiencias de la comunicación, São Paulo, ano, v. 2, p. 106-115, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edições 70. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo**: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista interdisciplinar científica aplicada, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Editora Intrínseca, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia & democracia**. Evangraf, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

KAUARK, Fabiana da Silva, Fernanda Castro MANHÃES, e Carlos Henrique MEDEIROS. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. 2010.

KELLY, Paul et al. **O livro da política**. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2013.

LE MOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 287-313, 2002.

LE GOFF, Jacques et al. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

MADUELL, Itala. **O jornal como lugar de memória**: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 4, n. 1, 2015.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo, Publifolha, 2008.

MIRANDA, Carolina Paris; HENRIQUE, Vitor Netto; VITALI, Marli Paulina. **Os 50 anos do Ato Institucional nº 5**. Projeto de rádiodocumentário da Faculdade Satc. 2018. Disponível em <<https://bit.ly/2s7gYEm>>. Acesso em: 20 setembro de 2019.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papiрус, v. 1, 1994.

ROSSATTI, João Paulo. **O presente da memória**: Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. São Paulo, Paco Editorial, 2014. Revista CPC, n. 21, p. 156-166, 2016.

SANTOS, Fagner Gregório. **É melhor Jair se acostumando com a pós-verdade**: filtros-bolha e fake news através de Jair Bolsonaro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Jornalismo, Faculdade Satc, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOARES, Daniela de Oliveira. **O Jornalismo impresso como narrativa histórica**: a memória urbana de outra Criciúma. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Jornalismo, Faculdade SATC, Criciúma, 2012.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **Entre a luz e as trevas**. em Revista Veja. n. 2601, p. 53-63, set. 2018.

VEJA, Revista. **50 IDEIAS PARA 50 ANOS**. São Paulo: Editora Abril, n. 2601, 26 set. 2018.

VILELA, Mateus Dias. **The winter is coming: a Social TV entre Brasil e Portugal através de Game of Thrones**. 2017. 210 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7400/2/TES\\_MATEUS\\_DIAS\\_VILELA\\_COMPLETO.pdf](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7400/2/TES_MATEUS_DIAS_VILELA_COMPLETO.pdf)> Acesso em: 29 de agosto de 2019.